

Pacote só irá ao Congresso depois das eleições

Sérgio Léo

BRASÍLIA — A equipe econômica do governo já concluiu suas propostas para o aumento da arrecadação de impostos e o corte de despesas do governo — o choque fiscal — mas, após submetê-las ao presidente José Sarney, só deverá apresentá-las ao Congresso Nacional depois das eleições de 15 de novembro, informou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Abreu classificou de “intrigas” as notícias de que é contra o pacto social, e defendeu a discussão das propostas do governo junto a empresários e trabalhadores, na negociação do pacto.

— Todos estão pedindo o ajuste do governo. Acredito que se ele for discutido e aprovado no pacto, sua tramitação no Congresso será mais fácil — argumentou João Batista de Abreu, dizendo que, pela Constituição, terá de enviar sua proposta orçamentária ao Congresso provavelmente até 18 de novembro.

Indeciso — Abreu garantiu que a equipe econômica não tem propostas de otimizarem ou aplicar um redutor sobre os salários, e admitiu que a sugestão de corrigir preços e salários com base num índice prefixado de correção monetária faz parte das medidas que os técnicos sugerem para depois do choque fiscal do governo. “Nada está decidido nesse assunto; o ideal é que as propostas nesse sentido saiam dos empresários e trabalhadores, no pacto social”, disse o ministro, para quem o governo deve evitar trazer propostas prontas para a negociação. “Uma iniciativa do governo é ruim, porque pareceria imposição”, justificou.

O ministro confirmou que o governo pretende zerar seu déficit para o ano que vem, com cortes de despesas, extinção de repartições públicas e aumento das receitas com a suspensão “por um ou dois anos” de incentivos fiscais e subsídios. Por força da nova Constituição, que criou novos benefícios trabalhistas e impede demissão dos funcionários públicos contratados até outubro de 1983, o governo, segundo Abreu, não tem como reduzir significativamente suas despesas com pessoal, e terá até que aumentar as dotações do orçamento para pagamento de salários.

Conversão — Para dar isonomia salarial aos inativos, pagar adicional de férias e compensar o imposto que será cobrado dos militares, a nova proposta orçamentária passará para as dotações de pessoal as verbas que haviam sido incluídas na reserva de contingência (Cz\$ 150 bilhões a preços de junho, cerca de 112 bilhões de OTNs). Abreu confirmou que o reajuste dos militares em 120%, para compensar o pagamento de impostos, gerou um aumento de 10% aos escalões inferiores das forças armadas. Para compensar, o governo cortará outras despesas, como a “provisão de sazonalidade agrícola”, de 90 milhões de OTNs.

Sempre ressaltando que as medidas dependerão de aprovação do presidente da República e serão submetidas ao Congresso, Abreu disse que pretende retirar o governo da procura por recursos na economia, eliminando o déficit de seus orçamentos e também outros fatores que levam o governo a emitir ou aumentar sua dívida. “Precisamos, mais que um choque fiscal, de um choque de credibilidade”, comentou. Ele acredita que o ajuste do governo deverá encorajar as empresas a colocarem em investimentos produtivos os recursos que hoje estão rolando no *overnight* e outras aplicações financeiras.

“Os indicadores da economia, em seu lado real, são positivos”, diz João Batista de Abreu, que vê como a principal meta do governo a estabilização das contas públicas e da economia, mesmo que, para isso, seja preciso deixar o crescimento econômico para o próximo governo.

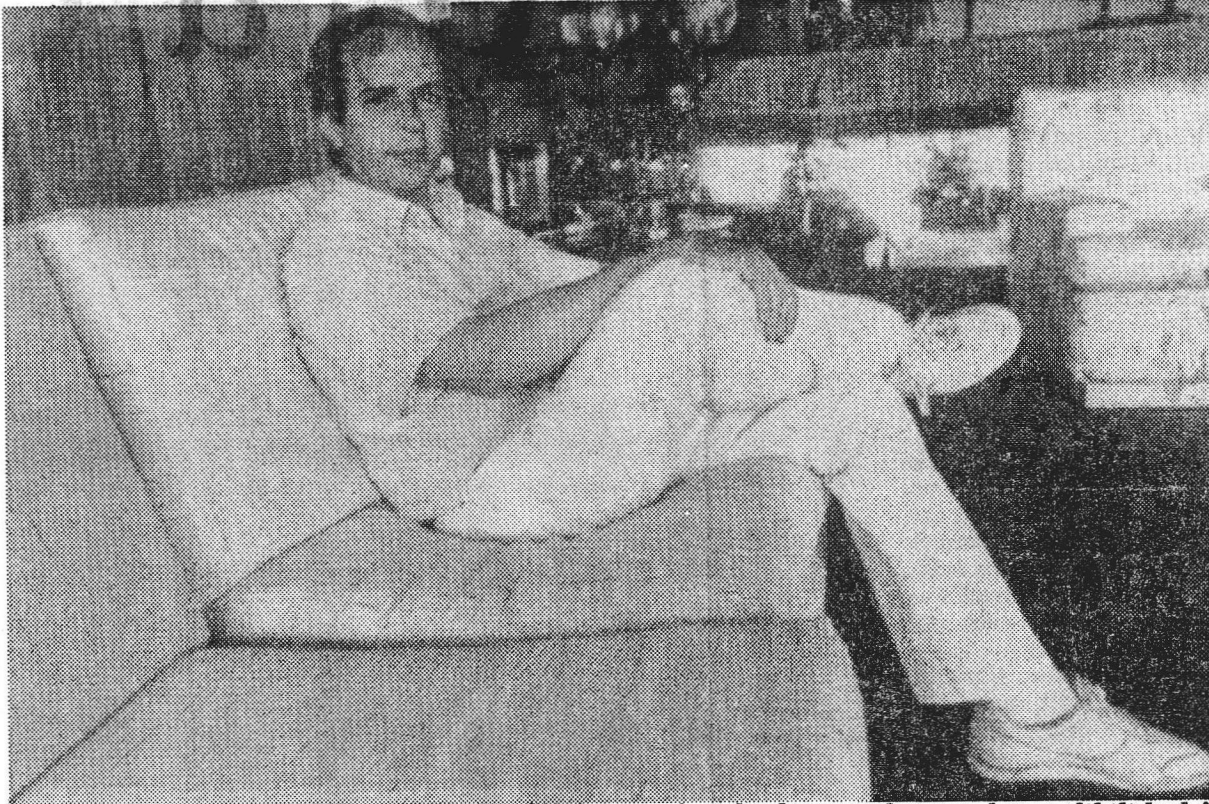
Subsídios — Entre as medidas de estabilização estudadas pelo governo estão cortes nos subsídios incluídos no orçamento de crédito, entre eles o de financiamento à exportação (com o qual o governo poderia economizar cerca de 40 milhões de OTNs) e os empréstimos para o custeio agrícola às grandes e médias propriedades (cerca de 80 milhões de OTNs). Esses dados, obtidos de técnicos que trabalham no programa de ajuste do governo, não foram confirmados por Abreu (“não posso dar impressão de que o ajuste vai se concentrar em algum setor”). Ele disse, porém, que, “se for necessária para garantir o programa de estabilização”, a equipe econômica vai propor a suspensão das conversões da dívida externa em investimento no país.

“Uma outra hipótese seria a realização da conversão, mas com o congelamento dos recursos obtidos dessa maneira, no Banco Central, até que sua liberação não prejudicasse a política de estabilização”, disse Abreu.

Data fatal — Pegando um exemplar encadernado da Constituição, presente do presidente do Senado, Humberto Lucena, o ministro do Planejamento o abriu na página do Artigo 166, marcada com uma fita verde-amarela. O artigo, em seu parágrafo quinto, diz que o Executivo só pode enviar novas propostas orçamentárias ao Congresso até o início da votação do orçamento, pela Comissão Mista do Orçamento do Congresso. “Se quisermos enviar a nova proposta orçamentária teremos de fazer isso, possivelmente até 18 de novembro, que é a data prevista para a votação da comissão de orçamento”, comentou Abreu. “Infelizmente temos essas datas fatais; é isso que alimenta as intrigas de que somos contra o pacto”, disse.

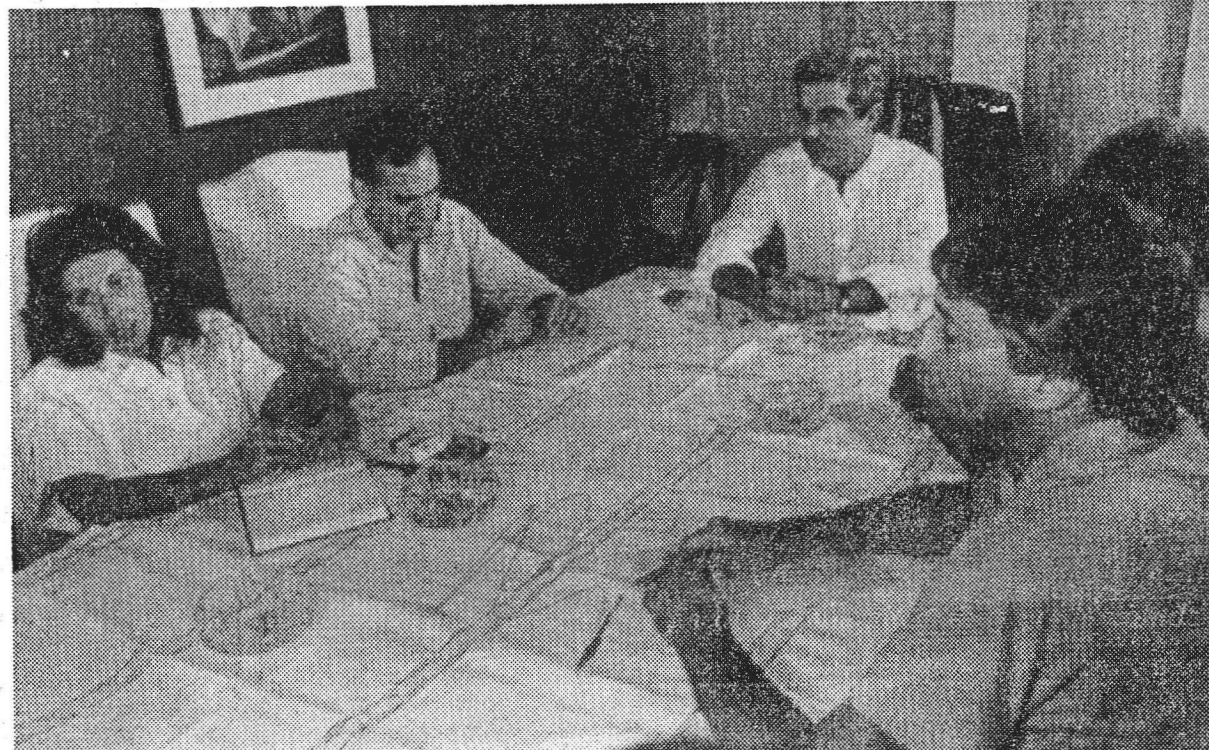
□ **BRASÍLIA** — O deputado Ulysses Guimarães disse que vai abrir mão de sua presença em importantes comícios do PMDB no final da campanha para as eleições municipais, para se dedicar mais à finalização do pacto social. Ulysses se reunirá com todos os líderes partidários na sexta-feira para saber como pretendem contribuir para o entendimento. “A solução para o pacto deverá estar na mesma proporção da velocidade da inflação, pois não dá é para conviver com uma taxa dessa altura”, afirmou.

Leopoldo Silva — Brasília



Abreu: “Precisamos, mais que de um choque fiscal, de um choque de credibilidade”

Leopoldo Silva — Brasília



Costa Couto (ao centro): insistência na necessidade de se reduzir o déficit